

Do Crescimento Económico ao Desenvolvimento Humano em Tempos de Globalização

Manuel de Azevedo Antunes*

Na análise do desenvolvimento têm predominado, até agora, as perspectivas económicas, que usualmente apontam para um economicismo desenvolvimentista, com a afirmação da autonomia e/ou independência dos fenómenos económicos como principal, quando não exclusiva, explicação da dinâmica do desenvolvimento.

Sem menosprezar a importância do económico, importa ter em conta outros aspectos do social com que esse mesmo económico se inter-relaciona.

Nesta abordagem ao tema proposto assinalarei:

- A antinomia do desenvolvimento / subdesenvolvimento
- Para um desenvolvimento sustentável
- A medida do desenvolvimento
- Globalização: hegemonia(s) e contra-hegemonia(s)

1. A antinomia do desenvolvimento / subdesenvolvimento

O tema do Desenvolvimento/Subdesenvolvimento tem sido objecto das mais apaixonantes análises nos meios políticos e académicos. Sobretudo no último meio século, do fim da Segunda Grande Guerra a esta parte, levando ao surgimento da “Economia do Desenvolvimento”, que teve o seu período áureo nas décadas de 50 e 60, para entrar em crise quase ao mesmo tempo que a economia mundial, em meados dos anos 70.

Sintomático que o *World Economic Survey*, da Liga das Nações, de 1938, na sua análise da economia mundial da época, tenha consagrado um parágrafo e um quadro estatístico aos países produtores primários (Austrália, Nova Zelândia, Argentina, Brasil, Chile, Hungria, Roménia, Jugoslávia), uma frase aos países balcânicos e Índias Orientais holandesas, um parágrafo à América do Sul e ignorasse pura e simplesmente a África, a URSS e a Ásia, com excepção do Japão.¹

No entanto, nos últimos cinquenta anos, grandes alterações se verificaram, tanto no processo económico mundial, como na consciencialização desse mesmo processo, nas suas múltiplas perspectivas e interesses em presença.

1.1. As ambiguidades do subdesenvolvimento

O termo “subdesenvolvimento” surgiu sob o signo da ambiguidade. E corresponde à tradução do inglês *under-development*, “fabricado” pelos políticos americanos, depois da Segunda Grande Guerra, para caracterizar os países dominados pela fome, pela doença, pelo

* Director do Centro de Estudos de População, Ambiente e Desenvolvimento, ULHT, Lisboa.

desemprego, enfim, pela pobreza, com uma população a crescer cada vez mais, em vias de duplicação numa trintena de anos... Esses países estavam na África, na Ásia e na América Latina. E, se as explicações da miséria em que viviam tais países variavam, a conclusão parecia ser a mesma: é necessário ajudar esses países.²

A finalidade das campanhas a favor do apoio aos países subdesenvolvidos teve como principal objectivo influenciar a opinião pública e, consequentemente, os contribuintes dos países mais industrializados, para aceitar de bom grado a afectação de parte do orçamento do Estado para ajudar os países subdesenvolvidos. Graças a esses apoios, os governos de vários países de África, Ásia e América Latina puderam fazer grandes encomendas aos governos e empresas europeias e norte americanas, que lhes passaram a fornecer não apenas equipamentos, mas também ajuda técnica e militar.³

Não foi, pois, sem interesse que as campanhas de ajuda ao subdesenvolvimento se desencadearam.

Se o termo “subdesenvolvimento” está carregado de ambiguidades, os seus substitutos não têm melhor sorte. É o que acontece com as expressões “países em vias de desenvolvimento”, “Terceiro Mundo”, “nações proletárias”, “países periféricos”, “países do sul”, entre outras.

O Banco Mundial propõe esta distinção dos países, em quatro grupos:

1- *Países em desenvolvimento*, subdivididos em:

- *Países em desenvolvimento com fraco rendimento*

(Com PNB/capita 750 US\$, para 1994)

- *Países em desenvolvimento com rendimento intermédio*

(Com PNB/capita 750 e 9000 US\$, para 1994)

- *grupo inferior*

(Com PNB/capita 750 e 2900 US\$, para 1994)

- *grupo superior*

(Com PNB/capita 2900 e 9000 US\$, para 1994)

2- *Países exportadores de petróleo*

3- *Países de economia planificada*

4- *Países industrializados*.⁴

Numa tentativa de sistematizar as contribuições económicas que se me afiguram mais significativas, no âmbito do subdesenvolvimento/desenvolvimento, no último meio século, poderíamos distinguir as seguintes grandes correntes de pensamento/estratégias do crescimento/desenvolvimento:

As perspectivas deterministas

As etapas do desenvolvimento

As análises dualistas

As perspectivas sectoriais

O “círculo vicioso do subdesenvolvimento”

O “crescimento equilibrado e desequilibrado”

Os “pólos de crescimento”
O estruturalismo *versus* monetarismo
As teorias da dependência
A ortodoxia marxista
A análise sistémica

2. Para um desenvolvimento sustentável

Décadas de crescimento economicista levaram a um extremar de posições, a nível mundial: de um lado, um limitado “clube” de países ricos, ainda que com grandes bolsas de miséria no seu interior (Estados Unidos da América, Canadá, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Japão) e, no outro extremo, mais de uma centena de países pobres, porque subdesenvolvidos, eufemisticamente apelidados “países em vias de desenvolvimento”.

Pioneiros da Economia, como Adam Smith, David Ricardo e J. Stuart Mill, já haviam chamado a atenção para o absurdo que era o homem andar continuamente em luta contra o homem e a natureza em que vivia: “Se a Terra tem de perder essa grande porção do que nela é agradável, o que é devido às coisas que o crescimento ilimitado da riqueza e da população teve de lhe arrancar para poder suportar uma população maior, mas não melhor nem mais feliz, espero sinceramente, em prol da prosperidade, que nos contentemos com ser estacionários, muito antes que a necessidade nos obrigue a isso”.⁵

2.1. Os limites do crescimento

Em 1972, o casal Meadows, autor de *Os Limites do Crescimento* para o Clube de Roma, sintetizava assim as suas conclusões:

“1. A manterem-se as tendências actuais de crescimento da população mundial, industrialização, poluição, produção alimentar e utilização de recursos, atingir-se-ão os limites do crescimento no nosso planeta dentro dos próximos cem anos. O resultado mais provável será um declínio súbito e incontável da população e da capacidade produtiva.

2. É possível alterar estas tendências e criar condições de estabilidade ecológica e económica, numa perspectiva de muito longo prazo. O estado de equilíbrio global pode ser concebido de forma a garantir a todas as pessoas a satisfação das necessidades materiais básicas e a igualdade de oportunidades que assegure a cada um a sua plena realização humana.

3. Se a população mundial decidir enveredar por esta última alternativa, quanto mais cedo começar a trabalhar nesse sentido maiores serão as probabilidades de sucesso”.⁶

A publicação deste livro suscitou as mais veementes controvérsias. Os próprios autores sentiram a necessidade de reescrever as suas conclusões em *Além dos Limites*, de 1992, da seguinte forma:

1. O uso humano de muitos recursos essenciais e a proliferação de muitos tipos de poluentes já ultrapassaram as médias que são fisicamente sustentáveis, o que provocará, nas próximas décadas, um declínio incontável da produção alimentar *per capita*, do uso da energia e da produção industrial.

2. Este declínio não é inevitável.
3. Ainda é possível uma sociedade técnica e economicamente sustentável.⁷

Mas, concorde-se ou não com os autores do célebre Relatório do Clube de Roma, o que é certo é que a questão da relação entre população e desenvolvimento já vem de muito longe.

2.2. As preocupações ecológicas do desenvolvimento

À luz dos conhecimentos actuais das diversas práticas científicas, nomeadamente da História, da Antropologia Cultural, da Arqueologia, da Biologia, etc., podemos afirmar que as preocupações do homem com a problemática que hoje designamos por ecológica, remonta aos primórdios da humanidade.

Mas, para tratar da problemática específica do estudo dos ecossistemas e, nomeadamente, do estudo da estrutura e desenvolvimento das sociedades humanas, tendo em conta os processos de adaptação aos seus ambientes, surgiu a Ecologia, termo utilizado pela primeira vez pelo biólogo evolucionista alemão Ernst Haeckel, por 1866 (alguns referem o ano de 1869), derivado do grego oikos + logia, que, etimologicamente, significa “ciência da casa”.

No século XX, foi, sobretudo, na sequência da Grande Depressão e Segunda Grande Guerra que a problemática sobre “os limites do crescimento” se impôs com toda a veemência. Problemática essa que ocasionou o aparecimento do conceito de “desenvolvimento sustentável”.

2.3. O desenvolvimento sustentável

Desde os anos 70 a esta parte, vários acontecimentos contribuíram para o despertar dos agentes internacionais para a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento.

Recorde-se os acidentes nucleares, a desertificação de grandes áreas do planeta, as marés negras, as chuvas ácidas, o buraco do ozono.

O que levou a uma maior reflexão sobre o homem e o seu ambiente:

- Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano, em 1972, em Estocolmo;
- Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente, em 1982, em Nairobi;
- Relatório Brundtland, da Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento, de 1987;
- Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, ECO'92, no Rio de Janeiro, em Junho de 1992;
- Conferência sobre a Desertificação, as Florestas e a Biodiversidade, em 1995;
- Relatório à Assembleia das Nações Unidas da Comissão sobre o Desenvolvimento Sustentável, de 1997;
- Protocolo de Quioto, em 1997;
- Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente, em Joanesburgo, em 2002;
- Etc.

Neste momento, já há, pelo menos, a percepção de que o actual sistema económico, baseado no consumo e na acelerada degradação de recursos insubstituíveis, está a tornar-se cada vez mais altamente insustentável.

Dai a necessidade, cada vez mais sentida, de um outro tipo de desenvolvimento: o **Desenvolvimento Sustentável**, isto é, a capacidade de garantir as necessidades das gerações presentes sem comprometer as das gerações futuras.⁸

A relativa ambiguidade e generalidade desta definição (não chega a identificar as mencionadas necessidades do presente nem do futuro) leva alguns autores a preferirem entender o Desenvolvimento Sustentável como o tipo de desenvolvimento que, ao permitir uma melhoria da qualidade de vida dos seres humanos, não ultrapassa a capacidade de carga dos ecossistemas que a sustentam.⁹

As próprias Nações Unidas que, durante décadas, puseram a tónica no crescimento económico, de que são sintomáticos os *Relatórios do Desenvolvimento Mundial*, do Banco Mundial, começaram, através do PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a publicar o seu *Relatório do Desenvolvimento Humano*, a partir de 1990, onde se preconiza um novo modelo de desenvolvimento. “Para enfrentar o crescente desafio da segurança humana é necessário um novo modelo de desenvolvimento que coloque o povo no centro, que olhe o crescimento económico como um meio e não como um fim, que proteja as oportunidades de vida das futuras gerações, assim como das actuais e respeite os sistemas naturais dos quais a vida depende”.¹⁰

2.4. Para uma definição do desenvolvimento

Afinal, como vamos entender o Desenvolvimento?

Chegados a este ponto da nossa análise, mais do que fazer um elenco da multiplicidade das definições do desenvolvimento (quase tantas quantos os autores), aqui fica mais uma tentativa de definição, a minha definição: Entendo por *desenvolvimento* a simplificação e eficiência organizativa dos processos de produção, distribuição e consumo, a todos os níveis, de um sistema social - económico, jurídico, político, ideológico, cultural -, com vista à realização do ser humano, em harmonia com a Natureza.

Tal concepção do desenvolvimento implica uma relativização ao próprio sistema, numa perspectiva diacrónica e sincrónica, assim como aos outros sistemas. E tem, naturalmente, as suas causas/razões.

A história tem-nos demonstrado que essas causas/razões do desenvolvimento/subdesenvolvimento são endógenas umas, exógenas outras.

Assim, pelo menos na análise do processo de desenvolvimento do séc. XVI a esta parte, constatamos que, na generalidade dos casos, o desenvolvimento de uns países andou associado ao subdesenvolvimento de outros. E, adentro do mesmo país, o desenvolvimento de umas regiões andou a par com o subdesenvolvimento de outras.

3. A medida do desenvolvimento

A caracterização do desenvolvimento por um mais e melhor significa que o desenvolvimento será susceptível de uma quantificação e qualificação. Para traduzir essa quantificação e qualificação têm-se desenvolvido metodologias com a utilização de Índices e/ou Indicadores Sociais.

Um dos primeiros indicadores a ser utilizados, como medida de bem-estar humano, foi o PIB (Produto Interno Bruto) *per capita*. É um indicador ainda hoje correntemente utilizado, e que assenta na ideia da identidade entre crescimento e bem-estar.

No entanto, a pouco e pouco se foi tomando consciência de que se o crescimento económico resolve um conjunto de problemas, também acaba por acarretar uma série de outros novos, tais como a poluição, a alteração do ambiente, etc., com graves implicações na saúde e qualidade de vida das populações.

De entre os vários autores que poderíamos citar, refira-se Arthur Cecil Pigou que, em 1920, em Inglaterra, publica o seu *The Economics of Welfare* [A Economia do Bem-Estar], defendendo que a economia neoclássica teria que ter em conta os custos sociais e ambientais, ou desserviços (“*disservices*”), hoje designados por “externalidades”, e assinalando que o bem-estar público poderia ser prejudicado por tais custos sociais, que estavam para além dos custos de produção privados.¹¹ E Paul Samuelson¹² propõe que ao **PNB** seja adicionado o **Valor do Tempo de Lazer** e o **Valor da Economia Subterrânea**, a que devem ser deduzidos os **Prejuízos Ambientais**.

Em 1990, o PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - decidiu produzir um relatório anual sobre essa problemática. Daí surgiu o primeiro *Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano – 1990*.¹³

O principal objectivo do referido relatório foi apresentar o desenvolvimento através de um **índice composto** “que tenha em conta a esperança de vida, o nível de alfabetização e dos recursos que permitem gozar de condições de vida decentes”.¹⁴ Com possibilidades de tal índice vir a ser melhorado. O seguinte QUADRO dá-nos conta do Índice de Desenvolvimento Humano de alguns países:

Quadro nº 1

VALORES DO IDH - 2000
Para alguns Países

Nº de Ordem	País	IDH
1º	Noruega	0,942
...	...	...
28º	Portugal	0,880
73º	Brasil	0,757
100º	Cabo Verde	0,715
119º	S.Tomé e Príncipe	0,632
161º	Angola	0,403
167º	Guiné-Bissau	0,349
170º	Moçambique	0,322
...	...	...
173º	Serra Leoa	0,275

Fonte: PNUD, *Relatório do Desenvolvimento Humano 2002*, Lisboa,
MENSAGEM – Serviços de Recursos Editoriais, pp. 149-156.

4. Globalização: hegemonia(s) e contra-hegemonia(s)

“E a primeira salva, que lhe deram, foi esta que adiante segue:

- Al diablo que te doo! Quen te traxo acá?

E perguntaram-lhe que vínhamos buscar tão longe; e ele lhe(s) respondeu:

- *Vimos buscar cristãos e especiaria*”.¹⁵

Este diálogo, originalmente em castelhano, entre o tunisino Monçaide e o português João Nunes, em Calecut, no dia 21 de Maio de 1498, transcrito pelo autor do *Roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama à Índia*, é bem o símbolo do primeiro confronto entre uma hegemonia, que durante séculos se afirmou por todo o Oriente, com as suas ramificações pela Europa, através de Génova e Veneza, e uma anti-hegemonia emergente, com o seu epicentro em Lisboa, que, por obra e graça da hegemonia papal, com o Tratado de Tordesilhas, passou a ter metade do mundo como limite.

A generalidade dos autores faz remontar o fenómeno da globalização dos nossos dias aos Descobrimentos Portugueses, de que a chegada de Vasco da Gama à Índia é bem o *ex-libris*.

No entanto, André Gunder Frank, que, se não fora o inesperado problema grave da sua saúde, era para nos dar a honra da sua muito estimada presença nesta Semana Sociológica, lançou o repto, já lá vai uma década, ao questionar se o Sistema Mundial teria 500 ou 5.000 anos.¹⁶

Aproveitando a deixa, permitam-me que eu pergunte se a globalização terá 500, 5.000, 50.000, ou 100.000 anos?

O mesmo é questionarmo-nos se a globalização não será tão antiga como a própria humanidade.

Pessoalmente sou de opinião que **o homem é natural/potencialmente global**.

Naturalmente também que as formas/potencialidades da globalização, ao longo da história, foram sempre bem diferentes.

4.1. Para um entendimento da globalização

O termo globalização, na definição de Martin Albrow, pretende designar “o processo pelo qual a população se torna cada vez mais unida em uma única sociedade”.¹⁷ Ou, como prefere Anthony Giddens, “a globalização pode, assim, ser definida como a intensificação das relações sociais de escala mundial, relações que ligam localidades distantes de tal maneira que as ocorrências locais são moldadas por acontecimentos que se dão a muitos quilómetros de distância, e vice-versa”.¹⁸

A utilização generalizada do termo “globalização” deu-se nos anos 80, a par da discussão dos temas sobre a sociedade pós-industrial e do desenvolvimento/subdesenvolvimento.

No entanto, ainda nos anos 60, a palavra “global”, com o significado de “pertencente ao mundo”, era considerada um neologismo desnecessário, como assinala Fowler no seu *Dictionary of Modern English Usage*, de 1965, que sugeria “mundial” como alternativa.

Mas, já no início dos anos 70, os dicionários Webster, Oxford English e o Larousse francês aceitam aquele termo com naturalidade. O dicionário de Oxford cita mesmo a emblemática expressão de “aldeia global”, da autoria de Marshall McLuhan.¹⁹

Como salienta Martin Albrow, “a perspicácia de MacLuhan foi captar uma propriedade da cultura moderna, ou seja, a possibilidade de comunicação global, e afirmar que a recepção instantânea de imagens e vozes distantes mudava o conteúdo da cultura. Sua ideia pressagiu uma nova concentração de interesse na comunicação mundial como um factor transformador da vida local, de relevância semelhante ao impacto dos mercados capitalistas”.²⁰

Por outro lado, “para os economistas, a globalização é uma palavra que ficou associada à dissolução das barreiras nacionais à operação de mercados de capital que teve início no começo dos anos 80. Isto resultou em negócios simultâneos nos principais mercados de Nova York, Londres, Tóquio e Frankfurt, de tal forma que o movimento dos mercados se encontra evidentemente fora do âmbito do controle de qualquer agência nacional”.²¹

Hoje, o termo globalização tanto é utilizado para significar a diminuição multilateral dos entraves políticos à livre circulação de bens e serviços entre países e regiões como para caracterizar a distensão da actividade económica para além das fronteiras políticas, regionais e nacionais, em que os diversos agentes se empenham nas trocas e nos investimentos.

Em rigor, como se lê num Relatório do PNUD, “a globalização não é nova. Faz lembrar o começo do século XVI e o final do século XIX. Mas a época actual é diferente:

- *Novos mercados* — mercados de câmbios e de capitais ligados mundialmente e operando 24 horas por dia, com negociações à distância em tempo real.

- *Novos instrumentos* — ligações via *Internet*, telefones celulares, redes de comunicação.

- *Novos actores* — A Organização Mundial do Comércio (OMC) com autoridade sobre os governos nacionais, empresas multinacionais com mais poder económico do que muitos Estados, redes mundiais de organizações não governamentais (ONG) e outros que transcendem as fronteiras nacionais.

- *Novas regras* — acordos multilaterais sobre comércios, serviços e propriedade intelectual, apoiados por fortes mecanismos de imposição e mais vinculativos para os governos nacionais, reduzindo o campo de acção da política nacional”.²²

O que traz, a par de novas oportunidades para milhões de pessoas em todo o mundo, também novos riscos e novos desafios. Por isso, o mesmo Relatório continua: “o desafio da globalização no nosso século não é travar a expansão dos mercados mundiais. O desafio está em encontrar as regras e instituições para uma governação mais forte — local, nacional, regional e mundial — para proteger as vantagens dos mercados mundiais e da concorrência mas, também, para providenciar espaço suficiente para os recursos humanos, comunitários e ambientais necessários para assegurar que a globalização funciona para as pessoas — não apenas para os lucros”.²³ E propõe globalização com ética, equidade, menos marginalização, segurança, sustentabilidade e desenvolvimento.

4.2.- Regionalização versus Globalização

Como contraponto/complemento da globalização tem-se desenvolvido a teoria e prática da regionalização. A qual visa o conjunto de medidas tomadas pelos Estados para interferir nas trocas, nos investimentos, nos fluxos de tecnologia e noutros factores entre grupos de países.

Se globalização e regionalização parecem constituir processos opostos, eles não são necessariamente antagónicos, sobretudo quando, no aspecto económico, a regionalização permite aumentar a concorrência.

Como blocos regionais e/ou inter-regionais, refira-se, a título de exemplo:

- Acordo de Comércio Livre Norte-Americano (NAFTA – *North American Free Trade Agreement*);

- Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) > Comunidade Económica Europeia (CEE) > União Europeia (UE);

- Comissão Económica Para a América Latina (CEPAL) > Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) > Associação Latino Americana De Integração (ALADI);

- Mercado Comum do Sul (MERCOSUL);

- Comunidade Económica Dos Estados da África do Oeste (CEDEAO);

- Organização da Unidade Africana (OUA) > União Africana (UA);

- Conferência sobre a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC) > Comunidade do Desenvolvimento da África Austral (SADC);

- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);

- Associação das Nações da Ásia do Sudeste (ANASE);

- Conselho da Unidade Económica Árabe (CUEA);

- Liga dos Estados Árabes;

- Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP);

- Grupo de Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP);

- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE);

- Etc., etc., ...

A modos de Conclusões

Pelo exposto, somos levados a concluir que a globalização não é um fenómeno novo.

Desde sempre o ser humano viveu e conviveu em e com redes de interdependências, no(s) seu(s) mundo(s).

O que até nos pode eventualmente remeter para o 1º Mandamento mítico/bíblico/criacional: “Crescei e multiplicai-vos, enchei e dominai a terra” (*Génesis*, 1, 28).²⁴

A novidade deste fenómeno da globalização/mundialização, nos dias que correm, é o seu carácter efectivamente planetário. Com todo o rol de consequências, benéficas umas, malélicas outras, conforme o ponto de vista e os sujeitos em causa.²⁵

Neste aspecto, como refere Amartya Sen,²⁶ directa ou indirectamente, a questão essencial é a das desigualdades. Desigualdades entre as nações e adentro das nações. Com estas

desigualdades, vêm as disparidades de riqueza, dos enormes desequilíbrios no poder político, económico e social. Um dos problemas cruciais é o da repartição dos potenciais benefícios da mundialização, entre países ricos e pobres, bem como entre os diversos grupos humanos no seio dos respectivos países.

Daí a necessidade de construir um mundo globalizado, com um desenvolvimento sustentável porque humano e humano porque sustentável.

COM MENOS INTERESSES PARA CADA UM,
COM MAIS INTERESSE PARA TODOS,
NUMA TERRA MUITO MAIS INTERESSANTE!...

Notas

- ¹ League of Nations, *World Economic Survey*, Genève, 1932-1945.
- ² Yves Lacoste, *Géographie du sous-développement Géopolitique d'une Crise* (1965), 6ª ed., Paris, Quadrigue/PUF, 1985, p. 21.
- ³ *Idem, ibid.*
- ⁴ Banque Mondiale, *Rapport sur le Développement dans le Monde 1996*, Washington, Banque Mondiale, 1996, pp. 220-221.
- ⁵ J. Stuart Mill, *Principles of Political Economy* (Tit. orig. *Principles of Political Economy, with some of their applications to social philosophy*, 1848), Donald Winch (org.), London, Penguin Books, 1970, cit. por José M. Brandão de Brito, "Prefácio", in Ramón Tamames, *Crítica dos Limites do Crescimento - Ecologia e Desenvolvimento*, (Tit. Orig. *Ecologia y Desarrollo - la polémica sobre los limites al crecimiento*, 1983), Trad. de José Maria Brandão e Brito, Lisboa, Dom Quixote, 1983, p. 12.
- ⁶ Donella H. Meadows et al., *Os Limites do Crescimento* (Tit. orig. *The Limits of Growth*, 1972), Lisboa, Dom Quixote, 1972, p. 32.
- ⁷ *Idem, Além dos Limites - Da Catástrofe Total ao Futuro Sustentável* (Tit. Orig. *Beyond the Limits: Confronting Global Collapse, Envisioning a Sustainable Future*, 1992), Lisboa, Difusão Cultural, 1993, p. XVI.
- ⁸ Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento, *O Nosso Futuro Comum* (Tit. orig. *Our Common Future*, 1987), Lisboa, Meribérica/Liber Editores, 1991, p. 17.
- ⁹ IUCN/UNEP/WWF, *Caring for the Earth: A Strategy for Sustainable Development*, London, Earthscan Publications, 1991.
- ¹⁰ PNUD, *Relatório do Desenvolvimento Humano 1994*, Lisboa, Tricontinental Editora, 1994, p. 4.
- ¹¹ A. C. Pigou, *The Economics of Welfare* (1920), Londres, Macmillan, 1932.
- ¹² Paul A. Samuelson; William D. Nordhaus, *Economia*, 14ª ed. (Tit. orig. *Economics*, 1948), Trad. de Elsa Nobre Fontinha e Jorge Pires Gomes, Lisboa, McGraw Hill, 1996, p. 498.
- ¹³ PNUD, *Rapport Mondial sur le Développement Humain 1990*, (Tit. Orig. *Human Development Report 1990*), Paris, Económica, 1990.
- ¹⁴ *Idem, op. cit.*, p. iii.
- ¹⁵ Neves Águas, *Roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama*, Apresentação e Notas de Neves Águas, Mem Martins, Europa América, 1998, p. 75.
- ¹⁶ André Gunder Frank; Barry K. Gills, *The World System: Five hundred years or five thousand?*, London/N. York, Routledge, 1993.
- ¹⁷ Martin Albrow, "Globalização", in *Dicionário do Pensamento Social do Século XX* (Tit. orig. *The Blackwell Dictionary of Twentieth-Century Social Thought*, Oxford, 1993), Trad. de Álvaro Cabral e Eduardo Francisco Alves, Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar, 1996, p. 340.
- ¹⁸ Anthony Giddens, *As Consequências da Modernidade* (Tit. orig. *The Consequences of Modernity*, 1990), 3ª ed., Trad. de Fernando Luís Machado e Maria Manuela Rocha, Oeiras, Celta Editora, 1996, p. 45.

¹⁹ Marshall McLuhan, *The Gutenberg Galaxy*, London, Routledge, 1962.

²⁰ Martin Albrow, *ibid.*

²¹ *Idem, ibid.*

²² PNUD, *Relatório do Desenvolvimento Humano* 1999. (Tit. Orig. *Human Development Report 1999*), Lisboa, Trinova Editora, 1999, p. 1.

²³ *Idem, op. cit.*, p. 2.

²⁴ *Bíblia Sagrada*, Lisboa, Difusora Bíblica, 1964, p. 15.

²⁵ Immanuel Wallerstein, *The Capitalist World-Economy*, Cambridge, Cambridge University Press, 1979; *Geopolitics and Geoculture*. Cambridge, Cambridge University Press 1991.

²⁶ Amartya Sen, “Dix vérités sur la mondialisation”, *Le Monde*, Trad. do inglês por Sylvette Gleize, Paris, 19 de Julho de 2001.